

Atendimento Educacional Especializado: Apontamentos de pesquisa a partir da análise dos trabalhos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (2019-2021)

Specialized Educational Service: research notes the analysis of the works of the National Association of Graduate Studies and Research in Education (2019-2021)

Carolline Septímio Limeira ¹
Universidade Federal do Pará

Bruno Lima Silva ²
Universidade Federal do Pará

Lucas Stefano da Costa Amorim ³
Universidade Federal do Pará

Danilo Corrêa Oliveira ⁴
Universidade Federal do Pará

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo discutir o Atendimento Educacional Especializado (AEE) a partir da análise dos textos apresentados no Grupo de Trabalho (GT-15) em Educação Especial nas reuniões anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação- (ANPEd2019 e 2021). Do escopo inicial dos 56 trabalhos apresentados, sete foram selecionados para fins deste artigo. Para a interlocução com essas produções, valemo-nos de referencial teórico embasado em Sawaya (2001), Wanderley (2001), Rodrigues (2017) e Goffman (1988). Os resultados nos permitiram verificar uma concordância quanto à importância da legislação bem como da discussão acadêmica nas últimas décadas para a construção de políticas públicas que garantam a efetivação do direito à Educação mediante AEE. Concluiu-se também que embora o papel desempenhado pelo docente no funcionamento das salas de AEE seja fundamental, ele não pode ser o único responsável por essa tarefa.

Palavras-chave: AEE. ANPEd. Educação Inclusiva. Docente. Políticas Públicas.

ABSTRACT

The paper is research discuss Specialized Educational Assistance (AEE) based on the analysis of the texts presented in Working Group (GT-15) on Special Education at the annual meetings of the National Association of Graduate Studies and Research in Education- (ANPEd 2019 and 2021). The initial scope of the 56 works presented, seven were selected for the purposes of this article. For the dialogue with these productions, we used a theoretical framework based on Sawaya (2001), Wanderley (2001), Rodrigues (2017) and Goffman (1988). The results allowed us verify an agreement regarding the importance legislation as well as of the academic discussion in the

¹ Doutora em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Pará. Licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Pará. Professora Adjunta da Universidade Federal do Pará

² Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará. brunolimma1211@gmail.com

³ Graduado em História pela Universidade Federal do Pará e Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará. stefanoresenhas@gmail.com

⁴ Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará. correadanilo182@gmail.com

last decades for the construction of public policies that guarantee the realization of the right to Education through the AEE. Was also concluded that although the role played by the teacher in the functioning of the AEE rooms is fundamental, he cannot be solely responsible

Keywords: AEE. ANPEd. Inclusive Education. Teacher. Public Policies.

Introdução

Fundada em 1978, a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) tem se configurado ao longo das últimas décadas em suas diversas reuniões nacionais e regionais como um importante espaço para a proposição de interlocução e apresentação de resultados de pesquisa entre professores e estudantes, reunidos em suas temáticas em 23 Grupos de Trabalho (GT).

Comprometida desde a data de sua fundação com a universalização do ensino e a ampliação em âmbito nacional das temáticas debatidas programas de pós-graduação do país, a ANPEd tem sido espaço enriquecedor no debate acerca da educação especial em seu Grupo de Trabalho-15, nosso campo de levantamento bibliográfico para fins deste artigo. Ancorados fortemente na emergência social de uma nação que passou duas centenas de milhões de habitantes, bem como da legislação que desde a redemocratização em nosso país tem dado combustível para o fomento de políticas públicas, diversos pesquisadores têm elaborado e publicado trabalhos mais variados.

O recorte escolhido para esta pesquisa, tendo em vista os fatores anteriormente citados, adveio dos trabalhos que tiveram como temática o Atendimento Educacional Especializado (AEE). O levantamento contou como base o Grupo de Trabalho em Educação Especial (GT-15) da ANPEd nos anos de 2019 e 2021, por terem sido as duas últimas reuniões nacionais da Associação. A relevância deste trabalho com enfoque no AEE, a despeito da temática que emerge de forma recente no debate nacional sobre educação, está fortemente ancorada em décadas de produção reflexão sobre a educação especial e inclusão.

Diversos dispositivos legais, sobretudo o Decreto nº7611/11, têm posto o AEE em um lugar central na função de diminuir a distância entre o que propõe a legislação e o que apregoa o direito subjetivo das pessoas com deficiência à realidade escolar.

Para auxiliar-nos na reflexão sobre essa temática, autores como Débora Diniz (2007), Erving Goffman (1988), David Rodrigues (2017), Mariângela Belfiore Wanderley (2001) e Bader Sawaia (2001) embasaram a análise e diálogo com os trabalhos publicados no GT-15 no período selecionado.

Em seu trabalho “O que é deficiência”, Diniz (2007) nos fornece uma perspectiva de análise diferenciada ao concentrar sua investigação sobre deficiência enquanto inabilidade social para com o sujeito e a diversidade humana, rompendo a ideia da limitação centrada na individualidade do sujeito. A partir do momento em que entendemos a deficiência como fruto da exclusão desse sujeito numa lógica de “normalidade” pautada pela produtividade, conseguimos perceber outras saídas para a inclusão e, por consequência, a garantia do seu direito à educação enquanto dignificadora e humanizadora.

No clássico ensaio sobre o conceito de estigma, Goffman (1988) nos auxilia na medida em que entendemos como os marcadores sociais que desumanizam o sujeito são historicamente construídos, podendo com isso serem questionados à luz do direito subjetivo à educação. Rodrigues (2017), por sua vez, ao pensar em um novo modelo de escola inclusiva e problematizar questões como, por exemplo, a inclusão enquanto apêndice da integração, questão veementemente rebatida pelo autor, reflete sobre os novos papéis a serem desempenhados pelos sujeitos no tocante a questões correlacionadas à educação, escola e atuação docente no processo de aprendizagem.

Ao tratar em seus textos acerca do binômio exclusão e inclusão, pesquisadores como Wanderley (2001) e Sawaia (2001) ampliam nosso olhar social problematizando o quanto esses conceitos podem ser debatidos levando em consideração a realidade sócio-histórica brasileira, que aqui está pautada por séculos de pobreza estrutural gerada por uma lógica exploração, concentração de renda, escravidão e segregação sócio-espacial.

Portanto, os conceitos sobre deficiência, estigma, educação inclusiva, sofrimento ético-político e a dualidade exclusão/inclusão embasam nosso diálogo com os trabalhos selecionados nas reuniões nacionais da ANPEd de 2019 e 2021. Tal interlocução teve como objetivo compreender como tem sido abordado o AEE entre os pesquisadores da pós-graduação no país, observando aproximações e distanciamentos entre os autores, bem como refletir sobre os resultados obtidos.

Percurso metodológico

A presente pesquisa configura-se de cunho bibliográfico-exploratório. Para tanto, foi realizada uma seleção preliminar dos trabalhos publicados no GT-15 Educação Especial nas reuniões nacionais da ANPEd de 2019 e 2021, sendo encontrados 57 trabalhos. Procedeu-se com um tabelamento utilizando as palavras-chave “AEE” e “Sala de Recursos”. Feito esse

procedimento o escopo de textos foi reduzido para 7 produções, sendo 4 trabalhos do ano de 2021 e 3 trabalhos do ano de 2019.

Após a seleção, partimos para a leitura atenta dos textos bem como o tabelamento nas seguintes categorias: autor, ano, instituição e resultados. Em seguida, procedeu-se com a abordagem dos resultados divididos em duas sessões: achados preliminares, resultados e discussões. Nesta última seção foi feito o entrecruzamento dos aspectos que mais aproximam os textos analisados e de que maneira os conceitos selecionados nos ajudaram a compreender as abordagens dos autores.

Achados Preliminares

Durante o primeiro tabelamento foi perceptível uma concentração de trabalhos oriundos do eixo sul-sudeste do país. Dos 57 trabalhos selecionados, 45 eram oriundos de instituições de ensino superior situadas nessas regiões. Contudo, ao filtrar a temática utilizando como marcador o “AEE”, os trabalhos foram pulverizados entre os estados de São Paulo (2), Rio Grande do Sul (1), Rio de Janeiro (1), Pernambuco (1), Pará (1) e Mato Grosso (1).

Para organizar esses achados, criamos a tabela a seguir na qual constam as produções analisadas, num total de 7 trabalhos.

Autores e título do trabalho	Ano- Instituição	Resultados
AZEVEDO, Tereza Hortênciada Silva; NASCIMENTO, Marilene Batista da Cruz; LOPES, Julita Batista da Cruz. Ensino colaborativo, inclusão escolar práxis: a perspectiva das produções científicas.	2019-UFS	A atuação trabalho conjunto entre os docentes da Sala de Recursos Multifuncional- (SRM) e da sala de aula é vista como fundamental.
GUTHIERREZ, Carla Cordeiro Marçaly .Efeitos do uso da comunicação alternativa em uma aluna com autismo.	2019- UERJ	Comunicação enquanto troca de sentimentos e o ressalte do uso da Comunicação alternativa para o fomento de um comportamento mais claro e eficaz.
BRANDSTATTER, Renata Montrezol. Avaliação de elegibilidade de Educação Especial no município de Franco da Rocha.	2019- USP	O professor da sala de aula, como propositor protagonista de soluções fundamentais para o sucesso do AEE.
PESTANA, Mônica Mendes da Cunha; KASSAR, Mônica de Carvalho; TROVO, Kariny Araújo Delgado. A construção do “ Educacional” do atendimento especializado dentro da legislação brasileira.	2021- UFMS	Aperfeiçoamento do objetivo da educação especial, indo da medicalização/segregação à inclusão e garantia de direitos.
DOMINGOS, Cícero Meireles Florêncio da Silva; ARAÚJO, Clarissa Martins. A interface entre	2021- UFPE	Quanto mais distante dos centros urbanos, menos

Educação do Campo e Educação Inclusiva em escolas do município de Caruaru-PE: significados que emergem das salas de recurso multifuncionais.		equipamentos para o AEE possui a escola. Embora essa tenha o dever de responder ao espaço geográfico ao qual se reporta, não deve ser financeiramente a única responsável pela implantação do AEE.
SOUSA, Ângela Costa de; MESQUITA, Amélia Maria. A Sala de recursos como estratégia apoio à inclusão escolar regular: análise da oferta de AEE em SRM na Rede Municipal de ensino de Belém-PA.	2021- UFPA	Apesar do aumento da oferta ainda falta um longo caminho para a completa implantação da sala de AEE na rede municipal.
FEITAS, Cláudia Rodrigues de Freitas; PEREIRA, Renato Rosa. Trabalho Colaborativo: um outro conviver na escola inclusiva.	2021- UFRGS	É ressaltada a importância da interação de múltiplos sujeitos ,que não somente o professor, para o sucesso das práticas educativas inclusivas com destaque para o AEE.

Fonte: elaboração própria

Dos achados preliminares destacamos que foi perceptível nos textos do GT-15 dos anos de 2019 e 2021, um número pouco expressivo de trabalhos que tratavam sobre o AEE. Dos 56 trabalhos selecionados, sete textos estavam tratando o tema de forma mais direta em um espaço de dois anos (adendo para o ano de 2020 em que não foi realizada a reunião nacional da ANPEd em função do contexto pandêmico).

Outra observação que chama atenção diz respeito à ausência de trabalhos que enfocaram o AEE no contexto da pandemia. Não foram notados trabalhos que abordassem tal temática.

Destacamos ainda que as pesquisas enfatizaram os avanços no AEE na quase maioria dos trabalhos, sendo que, quando esse avanço não era visualizado nos resultados, diálogos com possíveis caminhos eram construídos pelos pesquisadores.

Resultados e discussões

Durante as análises acerca dos textos presentes no GT- 15 dos anos de 2019 e 2021, foram observados diversificados temas, porém com contribuições significativas em comum para os debates sobre a educação inclusiva nas escolas brasileiras. Desde o levantamento histórico sobre as temáticas abordadas e as suas lacunas encontradas, tais resultados tendem a ser vantajosos para a continuidade dos avanços da educação inclusiva no país.

Aproximações Entre Os Trabalhos Em Educação Especial

Algumas aproximações foram percebidas entre os autores logo nos primeiros momentos da leitura dos textos. Apontamos entre elas: o retrospecto histórico da base legal do tema; a Sala de Recursos Multifuncionais; experiências bem-sucedidas; a divisão entre trabalhos de campo e pesquisas bibliográfico-exploratória se a centralidade do papel do professor como propósito de articulador da efetivação de direito educação.

Todos os autores selecionados fizeram a opção por começar partindo do retrospecto histórico quanto à emergência da legislação que sustenta a necessidade de implantação do AEE, bem como suas diretrizes de funcionamento para a garantia do acesso à educação àqueles que por gerações estiveram excluídos desse direito. Dispositivos legais como a Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA (1990), os Decretos 6571/2008 e 7611/2011 foram trazidos logo nas primeiras páginas dos textos. Isso nos mostra o quão recente vem a ser a implementação por via da lei de garantia ao acesso à educação em nosso país ao Público-Alvo de Educação Especial (PAEE), bem como da formalização do AEE que dispõe de menos de 16 anos de existência.

A Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) se configurou em todos os textos que sobre ela se debruçaram como cenário primordial para efetivação das atividades pedagógicas, sobretudo quando vem dialogar, no contraturno, com aquelas desenvolvidas em sala de aula. A despeito da disparidade dos recursos em função de fatores de gestão e da geografia (DOMINGOS e ARAÚJO, 2021), este espaço ainda é encontra notável protagonismo quanto à educação especial na perspectiva da inclusão.

Experiências bem-sucedidas que ressaltam a relevância do AEE na efetivação do direito subjetivo ao acesso à educação também foram visualizadas na maioria dos textos.

No trabalho de Domingos e Araújo (2021), a precariedade da disponibilidade de recursos em função da oferta na rede de escolas do município de Caruaru foi enfatizada como impeditivo para a consolidação do Atendimento Educacional Especializado. Quanto ao texto de Mesquita e Sousa (2021), a ampliação da oferta da sala de recursos multifuncionais na cidade de Belém foi contraposta com a ausência em significativa parcela das escolas desses recursos. Em ambos os casos tratados nos textos de Domingos e Araújo (2021) e Mesquita e Sousa (2021), a responsabilização do poder público, sobretudo estadual, na construção das instalações,

e federal, na concessão dos recursos com base na legislação vigente foram apontados pelos autores dos dois textos.

Somou-se a essa questão protagonismo do professor (BRANDSTATTER, 2019) bem como de múltiplos sujeitos na tarefa de diagnose e formulação de práticas pedagógicas no sentido de mitigar a distância entre público atendido educação (FREITAS; PEREIRA, 2021 e NASCIMENTO; LOPES, 2019). Essa diagnose e esse trabalho pedagógico, sobretudo nos trabalhos de cunho bibliográfico, mostraram que o envolvimento de todos os profissionais da escola que AEE se encontra, revelam caminhos de possíveis avanços.

Outra similaridade encontrada foi a divisão em duas subcategorias de enfoque dos autores, sendo elas as pesquisas de campo e as de revisão bibliográfica. As pesquisas de campo (DOMINGO; ARAÚJO, 2021, BRANDSTATTER, 2019 e GUTHIERREZ, 2019) tiveram como *locus* de pesquisa as próprias salas de AEE em diversas temáticas: o autismo, a avaliação de elegibilidade e a disponibilidade de recursos das SRM na educação do campo. Já as pesquisas de cunho bibliográfico-exploratório, por sua vez, debruçaram-se em aspectos como a evolução do debate e da aplicabilidade do direito à educação, disponibilidade das SRM em rede municipal de ensino e abordagens sobre o ensino trabalho colaborativo, estes em face da relação dialógica entre AEE-SRM e sala de aula da rede regular de ensino.

Deficiência: do enfoque apresentado nos trabalhos

A abordagem da deficiência partindo do processo de revisão do modelo medicalizante foi a tônica abordada por todos os trabalhos. Pestana, Kassare Trovo (2021) afirmam que em décadas anteriores o enfoque adotado apontava para a segregação e o tratamento terapêutico. Na atualidade, os horizontes apontam muito mais no sentido de questões emergentes da experiência pedagógica, bem como do amparo legal que norteia o AEE. Conforme Kassar e Trovo (2021) havia por parte das instituições o procedimento de qualificar e separar os alunos. Para aqueles considerados “menos” deficientes era destinada a escolarização com adaptações. Para os que eram considerados como deficientes ditos “severos”, era negado o direito à educação, sendo destinados a tratamentos cunho terapêutico medicamentoso.

Diniz (2007) pontua a nova perspectiva sobre deficiência, oriundas sobretudo de amplos e profundos debates de sociólogos ingleses como fundamentais na atual compreensão sobre o tema bem como na garantia de direitos. Para a autora, enquanto as questões medicalizantes acabam por individualizar e delimitar ao corpo e suas limitações a abordagem

da deficiência, o recorte que vai além do corpo e as manifestações de neurodiversidade acaba por fundamentar a deficiência numa perspectiva social, ainda que não deixe de considerar sua origem biológica.

Para a pesquisadora

De um começo estritamente biomédico confinado aos saberes médicos, psicológicos e de reabilitação, a deficiência passou a ser também um campo das humanidades. Nessa guinada acadêmica a deficiência não é mais uma simples expressão da lesão que impõe restrições da participação social da pessoa. Deficiência é um conceito complexo que reconhece o corpo com lesão mas também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa deficiente (DINIZ, 2007.p.9)

Aqui temos a emergência da consciência de uma sociedade que exclui em que cabe não apenas ao indivíduo o protagonismo pela luta para a garantia de direitos, mas tal luta deve ser partilhada por uma ampla gama de sujeitos que, em conjunto e devidamente coordenados, possam agir para transformar a realidade.

Essa perspectiva é tratada mediante a percepção de como a SRM não é de gerência apenas de um ou outro sujeito. A partir do momento em que toda a instituição tem que estar envolvida, bem como políticas públicas que garantam recursos para o seu devido funcionamento, já conseguimos ter uma nova perspectiva do olhar social sobre a questão da deficiência e a mitigação das limitações advindas do não lidar com ela de forma assertiva.

Estigma e segregação

Goffman (1988) em seu clássico ensaio sobre o tema estigma nos mostra que, além da etimologia do termo, o mesmo se aplica em questões de exclusão social, bem como a diminuição da condição de humanidade sujeito à função diferente frente à dita normalidade.

Para o autor

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias: os ambientes associados estabelecem categorias de pessoas que têm probabilidade de neles serem encontradas (GOFFMAN, 1988. p.5).

Dialogando com o conceito de deficiência, vemos um descompasso: seja modificamos o olhar da análise indo da individualidade para o social, porque ainda tantos empecilhos estão rondando o processo de efetivação do direito à educação das pessoas com deficiência?

Embora haja um avanço notável em termos de legislação, ainda vigora na articulação entre letra de lei e o campo prático uma distância que, com ressalvada generalização (tendo aqui por base os casos de sucesso) ainda se fazem presentes. Mesmo nos espaços em que as salas de recursos multifuncionais são implantadas, como citado por Sousa e Mesquita (2021), ainda há a questão da não implantação na totalidade das escolas, ou pior, como no caso relatado por Domingos e Araújo (2021), a implementação incompleta dos recursos. Como dizer que o direito à educação às pessoas com deficiência está sendo garantido se a sua implementação está sendo feita de forma fragmentada?

Uma reflexão possível acerca do conceito de estigma vem a ser como o conceito de pobreza e educação básica pública estão envolvidos em marcas que acabam por desumanizar as pessoas no acesso a direitos fundamentais, dentre eles a garantia à educação. Em uma sociedade marcada por dinâmicas de exclusão e reprodução estrutural da pobreza e a visão assistencialista de educação, que ainda se faz presente, podemos compreender em parte o porquê dessas situações.

Aqui o estigma atinge não necessariamente grupos que dispõem de marcas aparentes que os segregam, mas de classes na ordem dos milhões, unidas em uma perversa dinâmica exclusão sob o signo da pobreza.

Educação inclusiva: responsabilidade de quem?

Para Rodrigues (2006), a inclusão não vem a ser um mero apêndice da Integração. O pesquisador português escreve sobre a frequente confusão em torno de alguns conceitos.

A inclusão a nosso ver não é uma evolução da Integração eis só por três razões principais: em primeiro lugar, a integração deixou intocáveis valores menos inclusivos da escola [...] em segundo lugar a escola integrativa separava os alunos em dois tipos: os normais e os deficientes [...]. Em terceiro lugar, o papel do aluno deficiente na escola integrativa sempre foi condicionado (RODRIGUES, 2006, p. 303-304)

A legislação vigente sobre o AEE delimita de forma bem clara quais são as finalidades do atendimento ofertado: complementar, para as deficiências, e suplementar para os transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades e superdotação. É ressaltado que não vem a ser a intenção do AEE substituir as aulas regulares. Além do mais, o Atendimento foi pensado e ainda hoje é trabalhado âmbito da educação pública ao oferecer um núcleo de apoio aos

trabalhos desenvolvidos na sala de aula regular e cujo diálogo é a espinha dorsal desse dispositivo.

A perspectiva citada no parágrafo anterior encontra diálogo em todos os sete textos analisados GT-15 da ANPEd que têm como tema o AEE. Contudo, os direcionamentos e perspectivas de sucesso em torno dessa análise foram diferenciadas. Configurou-se com bastante divergência o direcionamento dado aos resultados dos trabalhos feitos em campo em relação aos trabalhos de cunho bibliográfico-exploratório.

Os trabalhos que procuraram se debruçar sobre pesquisas de campo foram de Brandstatter (2011), Guthierrez (2019) e Domingos e Araújo (2021). Para Brandstatter (2011), ao tratar acerca da avaliação de elegibilidade na educação especial no município de Franco da Rocha, o diálogo entre o professor e múltiplos profissionais, o direcionamento das práticas pedagógicas centradas na dificuldade do aluno tem um papel fundamental para garantir o pleno funcionamento da sala de atendimento educacional especializado e o sucesso desta.

Guthierrez (2019) ao escrever acerca da intervenção do professor no processo de Comunicação Alternativa de uma criança com autismo, partiu da iniciativa da docente coordenadora da pesquisa a utilização dos recursos para que possibilitassem a comunicação, ainda que mínima, dessa criança. Adendo precisa ser feito, este frisado com constância para a autora: a aluna não estava oralizada numa instituição em que as pessoas, embora tivéssemos recursos necessários para a prática pedagógica da comunicação alternativa, não sabiam como administrá-los, dificultando a possibilidade de dar dignidade a um indivíduo que estava em condição de penúria em meio outras crianças.

Por sua vez, quanto a Domingos e Araújo (2021), ao discutirem a interface entre a educação no campo e educação inclusiva em escolas do município de Caruaru, os autores constataram que só o professor não é suficiente quando há um duplo histórico de exclusão. Por esse duplo histórico de inclusão os autores denominam tanto a Educação do Campo quanto da Educação Inclusiva. Foram constatadas situações precárias da sala de recursos multifuncionais para o público-alvo aos quais se destina, em alguns casos, a inexistência de recursos. Os autores constataram que somente o professor e sua intervenção não contemplam a tarefa de alterar a realidade da qual fazem parte.

Embora a atuação do professor seja vista como fundamental, ela não pode ser simplesmente o foco do sucesso do Atendimento Educacional Especializado. Para Pestana,

Kassar e Trovo (2021), as questões de ordem legal são fundamentais para entendermos o percurso que o AEE tomou em nosso país até chegar à forma e configuração como conhecemos hoje. Do espaço de segregação, conforme pontuado em Rodrigues (2006), à um espaço de inclusão, apoio e colaboração, um longo percurso foi feito. Contudo, nem só de perspectiva de sucesso e protagonismo docente é feita a síntese dos resultados dos trabalhos que foram à campo ou fizeram a revisão bibliográfica sobre o AEE no Grupo de Trabalho-15 da ANPEd de 2019 e 2021.

Mesquita e Sousa (2021) nos mostram que apesar da ampliação da oferta em relação à demanda das salas de recursos multifuncionais na Rede Pública de Ensino em Belém no âmbito Municipal, ainda há um longo caminho a ser feito. Destaca-se que o trabalho é de 2021, ano em que a legislação específica sobre o AEE havia completado 13 anos se contarmos o decreto de 2008.

Enquanto os trabalhos que tratam de uma incursão pelo campo do AEE como Brandstarter (2019), Guthierrez(2019) assim como Domingo e Araújo (2019) centram o protagonismo na figura do professor ou da interação do professor com outros sujeitos, a legislação aponta para outro caminho para quem seria o ator principal da promoção dessa política pública educacional voltada à educação especial com enfoque inclusão.

Segundo o Decreto nº 7116 de 2011:

Artigo 5- A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados municípios e Distrito Federal e às instituições comunitárias confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos com a finalidade de ampliar a oferta e atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na Rede Pública de ensino (BRASIL, 2011)

Vimos, em síntese, que a despeito do protagonismo do professor, do seu papel fundamental na intervenção pedagógica que proporciona o funcionamento de fato do Atendimento Educacional Especializado e da importância do trabalho em conjunto deste com outros profissionais da Educação, ainda há a falta de uma implementação mais incisiva em diversos níveis.

O que dizer então das milhares de salas multisseriadas no campo, dos barracões em que funcionam classes de alfabetização? Será que pessoas com deficiência nesses locais estariam assistidas pelo atendimento educacional e especializado quando faltam o básico em termos de infraestrutura e profissionais?

O movimento inclusão/exclusão

É necessário ter a agudeza do olhar social para percebermos a escola brasileira enquanto inserida no contexto de uma sociedade excludente. Essa sociedade excludente por sua vez é tributária de uma série de múltiplos atravessamentos histórico-sociais.

Segundo Wanderley (2001)

A matriz escravista brasileira além de perpassar nosso passado está presente no cotidiano da nossa sociedade em manifestações as mais variadas. As noções de pobre e pobreza que figuram no horizonte da história da sociedade brasileira estão explicativos das formas como o cenário público brasileiro tem tratado a questão (WANDERLEY, 2001. p.19)

Existem com isso questões prementes da relação entre pobreza e exclusão no Brasil. A partir do momento em que entendemos o processo de formação histórica e delegação da escola pública às classes ditas trabalhadoras percebemos o quão problemático e urgente vem a ser sanar o problema estrutural do descompasso entre políticas públicas e da aplicabilidade dos recursos destinados às instituições.

Essa constatação dialoga sobretudo com os textos de Mesquita e Sousa (2021), em como o de Domingos e Araújo (2021). Segundo os respectivos autores, problemas correlacionados à falta de comprometimento e implementação de recursos financeiros por parte de órgãos da União bem como dos estados e municípios, acabam servindo de entrave para a consolidação do direito subjetivo à educação das pessoas com deficiência.

É sintomático, embora não uma exclusividade, que os locais aos quais essas pesquisas se reportam venham ser considerados a periferia de um país na lógica do capital. No caso de Mesquita e Sousa (2021) estamos falando da cidade de Belém e no caso de Domingos e Araújo (2021) da cidade de Caruaru.

A exclusão manifesta aqui pela privação do acesso do sujeito a direitos fundamentais que constam inclusive em nossa Carta Magna, provocam aquilo que Sawaia (2001) classificou como “sofrimento ético-político”. Nas palavras da pesquisadora, ao tratar desse conceito desestabilizador, propõe recolocar o afeto como possibilidade teórica da análise do dualismo exclusão e inclusão.

Segundo a autora

Em síntese, o sofrimento ético-político abrange as múltiplas afecções do corpo e da alma que mutilam cada um de diferentes formas [...]. Portanto o sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais determinantes de cada época histórica especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno e sem valor. (SAWAIA, 2001. p. 104)

O sofrimento ético-político ganha aqui um duplo contorno de silêncio a partir do momento em que refletimos sobre esse conceito e o quão impactante ele é na vida das pessoas com deficiência das quais têm-se privado o direito à educação. Nesse sentido corrobora o texto de Guthierrez (2019) sobre as pessoas autistas não oralizadas, quanto à impossibilidade das professoras em proporem atividades pedagógicas que tirassem a referida aluna autista não-oralizada do seu mutismo e, mesmo que por um vislumbre, proporcionar uma comunicação mais efetiva, ainda que não-verbal.

Se comunicar vem a ser o transmitir da emoção seja de forma verbal ou não, conforme proposto por Guthierrez (2019). A privação dessa dinâmica, seja por desconhecimento da utilização dos recursos adequados ou da privação do uso desses em função da má gestão financeira, dialoga profundamente com Sawaia (2001) acerca do sofrimento ético-político advindo da diminuição da condição do sujeito enquanto ser humano em sua completude.

Considerações Finais

O artigo teve por objetivo principal vislumbrar como o Atendimento Educacional Especializado foi abordado nas produções da ANPED nos anos de 2019 e 2021. A partir dessa abordagem buscamos efetuar o diálogo com a bibliografia teórica levando em conta conceitos fundamentais como deficiência, estigma, inclusão, exclusão e educação inclusiva.

Verificamos que segundo os autores, apesar das trajetórias de sucesso que buscam não se prender em apenas apontar as falhas de implementação da lei, há uma consciência por parte dos pesquisadores quanto à necessidade de um esforço conjunto para a implantação do AEE em sua plena efetividade nas escolas públicas

Como respostas aos objetivos em questão, tivemos a percepção de que a despeito das múltiplas experiências, alguns caminhos em comum foram traçados como a constante recorrência às bases legais, o protagonismo docente e a emergência da sala de recursos multifuncionais como fundamentais para a efetivação do atendimento educacional especializado foram fatores abordados tanto nas pesquisas de campo ou de cunho bibliográfico.

As perspectivas de sucesso ou propostas para que essas pudessem ser efetivadas apesar das dificuldades foram o mote dos trabalhos abordados.

Quanto ao diálogo teórico, pudemos perceber que o debate foi possível sobretudo a partir de conceitos fundamentais como a noção de que a deficiência advém mais da incapacidade adaptativa da sociedade em relação à pessoa do que nas eventuais limitações de ordem biológica. Quanto à normalidade, sempre questionada e problematizada nos trabalhos, ainda mais em função do estigma enquanto demarcador que acaba fazendo com que a pessoa vivencie sua humanidade de forma diminuída, a qual precisa ser combatida, bem como ampliada da noção de inclusão e de escola inclusiva.

A percepção da realidade brasileira em que exclusão e pobreza dialogam de forma dramática e que essa dupla relação provoca sofrimento ético-político, torna ainda mais relevante e urgente o chamado à consolidação do acesso à educação enquanto direito subjetivo fundante do Estado democrático. Nota-se que, nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado é um caminho importante e possível, mas não o único. Ademais, é necessário um olhar cuidadoso quanto ao papel do professor na promoção da educação inclusiva.

É preciso problematizar o acúmulo de múltiplas demandas do mundo complexo da educação e das práticas pedagógicas que sobrecarregam a profissão docente. Tais demandas precisam ser repensadas e divididas com outros sujeitos, os quais também fazem parte da teia educativa. Educação não se faz isolada, mas é partilhada entre todos aqueles que a constroem no cotidiano.

Referências

AZEVEDO, Tereza Hortência da Silva; NASCIMENTO, Marilene Batista da Cruz; LOPES, Jusila Batista da Cruz. Ensino colaborativo, inclusão escolar e praxis: a perspectiva das produções científicas. REUNIÃO NACIONAL ANPED. 39. 2019. Niterói. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense. 1-3p.

BRANDSTATTER, Renata Montrezol. Avaliação de elegibilidade de Educação Especial no município de Franco da Rocha. REUNIÃO NACIONAL ANPED. 39. 2019. Niterói. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense. 1-3p.

BRASIL. Decreto Nº 7611 de 17 de Novembro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm> acesso em 03 de dez. de 2022.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência.** São Paulo: Brasiliense, 2007.

DOMINGOS, Cícero Meireles Florêncio da Silva; ARAÚJO, Clarissa Martins. A Interface entre Educação do Campo e Educação Inclusiva em escolas do município de Caruaru-PE: significados que emergem das salas de recurso multifuncionais. REUNIÃO NACIONAL ANPED 40. 2021. Belém. Pará: Universidade Federal do Pará. 1-5p.

FREITAS, Cláudio Rodrigues de Freitas; PEREIRA, Renata da Rosa. Trabalho Colaborativo: um outro (con)viver na escola inclusiva. REUNIÃO NACIONAL ANPED 40. 2021. Belém. Pará: Universidade Federal do Pará. 1-5p

GOFFMAN, Erving . **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC,1988.

GUTHIERREZ, Carla Cordeiro Marçaly. Efeitos do uso da comunicação alternativa em uma aluna com autismo. REUNIÃO NACIONAL ANPED. 39. 2019. Niterói. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense. 1-6 p.

PESTANA, Mônica Mendes da Cunha; KASSAR, Mônica de Carvalho; TROVO, Kariny Araújo Delgado. A construção do “Educativo” do atendimento especializado dentro da legislação brasileira. REUNIÃO NACIONAL ANPED 40. 2021. Belém. Pará: Universidade Federal do Pará. 1-4p

RODRIGUES, David. Dez ideias (mal)feitas sobre educação inclusiva. Campinas: Summus, 2006.

SAWAIA, Bader Buritan. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética inclusão/exclusão. In: **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Org: Bader Sawaia. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes. p. 97 – 118

SOUSA, Ângela Costa de; MESQUITA, Amélia Maria. A Sala de recursos como estratégia de apoio á inclusão escolar na rede regular: análise da oferta de AEE-SEM na Rede Municipal de ensino de Belém. REUNIÃO NACIONAL ANPED 40. 2021. Belém. Pará: Universidade Federal do Pará. 1-5p.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Org: Bader Sawaia. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes.

Aprovado em fevereiro de 2023

Publicado em julho de 2023